

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
<p>Comissão de Trabalhadores dos CTT – Correios de Portugal</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sra. Alda C. Rodrigues ➤ Sr. José Rosário 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ascenso Simões (PS) ➤ Bruno Dias (PCP) ➤ Carlos Silva (PSD) ➤ Cristina Moreira (PS) ➤ Cristóvão Norte (PSD) ➤ Eduardo Teixeira (PSD) ➤ Hugo Costa (PS) ➤ Hugo Martins de Carvalho (PSD) ➤ Hugo Oliveira (PS) ➤ Isabel Pires (BE) ➤ João Gonçalves Pereira (CDS-PP) ➤ Jorge Salgueiro Mendes (PSD) ➤ Luís Graça (PS) ➤ Márcia Passos (PSD) ➤ Maria Manuel Rola (BE) ➤ Marina Gonçalves (PS) ➤ Pedro Pinto (PSD) ➤ Ricardo Leão (PS) 	<p>17 de julho de 2020</p> <p>Gravação</p>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ José Rosário, representante da Comissão de Trabalhadores dos CTT – Correios de Portugal, após agradecer a disponibilidade para a realização da audiência passou a expor as razões pelas quais a mesma tinha sido solicitada. 	<p>Jorge Mendes (PSD)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Após cumprimentar os representantes da Comissão de Trabalhadores dos CTT, referiu que o GP PSD tem vindo a acompanhar a situação, tendo já 		

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

➤ A necessidade de realização da audiência prendeu-se com as seguintes situações:

- (i) Durante 2019, os CTT não conseguiram cumprir nenhum indicador de qualidade;
- (i) Não obstante nos últimos anos a empresa ter vindo a anunciar planos de investimento na rede postal pública, os mesmos permanecem por realizar;
- (ii) Em 2020, e na sequência da pandemia Covid-19, os CTT aproveitaram para fazer cessar contratos a termo que tinham sido celebrados há menos de 15 dias;
- (iii) Também já em 2020, a empresa optou por não renovar os contratos de prestação de serviços com diversas entidades;
- (iv) No território nacional o correio está a ser somente distribuído de 2 em 2 dias, não havendo distribuição domiciliária diária.

➤ Para além das situações mencionadas, foram ainda esclarecidos os seguintes aspetos:

(i) Aumento de objetos de elevada dimensão:

- A pandemia acelerou uma realidade que se tem vindo a verificar nos últimos tempos: quebra do correio fino e aumento significativo da volumetria dos objetos;

- Apesar desta tendência, os poucos investimentos feitos no último ano prenderam-se, essencialmente, com a aquisição de máquinas de tratamento de correio fino, não obstante o mesmo ter tendência para desaparecer;

questionado a administração dos CTT relativamente a algumas das situações expostas.

- Foi referida a posição do GP PSD relativamente ao assunto em causa, referindo-se que a concessão deveria continuar a ser explorada por uma entidade privada.
- Quanto à ausência de cumprimento dos indicadores de qualidade, foi referido que o cumprimento dos mesmos é muito difícil por os indicadores serem demasiado exigentes.

Hugo Costa (PS)

- Após os representantes da Comissão de Trabalhadores dos CTT serem saudados, foi manifestada a posição do GP PS, referindo-se que a privatização dos CTT não melhorou a qualidade do serviço público postal.
- Foi manifestada preocupação com os serviços postais nas regiões autónomas e com os atrasos na correspondência a nível nacional.
- Foram colocadas as seguintes questões:
 - (i) É possível o cumprimento dos indicadores de qualidade impostos pela ANACOM, ou os mesmos são insuscetíveis de serem cumpridos?
 - (ii) O redimensionamento da estrutura dos CTT permitiria cumprir os objetivos apresentados?
 - (iii) O atraso na distribuição de correio a nível nacional poderia ter sido evitado?

Isabel Pires (BE)

- Cumprimentou os representantes da Comissão de Trabalhadores dos CTT e

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

<p>- O número de objetos de elevada dimensão quadruplicou, a nível nacional, com a pandemia COVID-19;</p> <p>- Ausência de meios de transporte para garantir a distribuição do número cada vez mais elevado de objetos de grande volumetria.</p> <p>(ii) <u>Ausência de instalações para tratar atual volume de correio de grande volumetria</u></p> <p>- Desde a privatização da empresa que se encontra a ser vendido património que fazia parte da rede postal pública, património esse que seria essencial para dar resposta às necessidades de espaço que se têm feito sentir;</p> <p>- Face à volumetria e dimensão dos objetos, as instalações atuais não reúnem as condições necessárias para assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores;</p> <p>- Os centros de tratamento de correio estão repletos, não havendo capacidade para fazer a distribuição do mesmo, atendendo à falta de pessoas e equipamento.</p> <p>➤ O senhor José Rosário referiu ainda que as bandeiras fundamentais para o futuro passam pelo aumento da capilaridade e o acesso de toda a população a uma estação de correios, com a garantia da realização do serviço, a efetiva distribuição de correio diária em todo o território nacional e a necessidade de parte do valor dos lucros da empresa ser investido na rede postal pública.</p>	<p>chamou a atenção para as consequências negativas que advieram com a privatização dos CTT.</p> <p>➤ Assinalou-se a necessidade de haver um controlo público da empresa.</p> <p>➤ Foi manifestada solidariedade pela forma como os trabalhadores estão a ser tratados e afetados pelos problemas expostos na audiência pelos representantes dos trabalhadores.</p> <p>Bruno Dias (PCP)</p> <p>➤ Após cumprimentar os representantes da Comissão de Trabalhadores dos CTT, manifestou que o GP PCP está consciente dos inúmeros problemas com que os trabalhadores se têm vindo a deparar, tendo sido dado o exemplo da diminuição da remuneração.</p> <p>➤ Foi referido que a substituição de estações por postos de correios trouxe graves prejuízos para o interesse público.</p> <p>➤ Por fim, foi assinalada a necessidade de haver um controlo público da empresa.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

O que pretendem ver regulamentado

- Pretende-se que o atual contrato de concessão seja revisto por forma a garantir melhorias no serviço, definindo-se parâmetros mínimos como as áreas e os tempos de distribuição, garantindo-se a distribuição diária de correio em todo o território nacional e aumentando-se o número de estações de correios nas várias localidades.

Respostas às questões dos Deputados:

- Após as intervenções dos senhores Deputados, o senhor José Rosário passou a apresentar as respostas às questões suscitadas, o que fez do seguinte modo:
 - a) Investimento no serviço público de correios – Desde a privatização que a empresa optou por valorizar a CTT Expresso e, em especial, o Banco CTT em detrimento do serviço público de correios.
 - b) Atraso da distribuição do correio – Foi referido que, à data da realização da audiência, o correio azul tinha o mesmo tratamento que o correio normal, atendendo à falta de condições e funcionários. Foi dito ainda ser necessário investir em máquinas de tratamento de correio grosso, em instalações adequadas e proceder ao reforço do número de trabalhadores. Foi dado o exemplo de trabalhadores que têm de percorrer, diariamente, 12 km a pé e funcionários que levam 14 a 15 carros de correio por dia para a rua, havendo ainda o caso de funcionários que se vêm obrigados a usar a sua viatura própria para distribuírem o correio.
 - c) Qualidade do serviço nas regiões autónomas – Apesar de as companhias de aviação, no âmbito do contrato de concessão, terem espaço reservado para o transporte de correio postal, esse espaço está a ser usado para o transporte de um serviço prestado por uma empresa do grupo CTT que não está relacionada com o serviço público de correio, sendo antes um serviço concorrente. Deste modo, o serviço objeto do contrato de concessão passa para segundo plano, tendo de ir de barco ou quando haja espaço nos aviões.
 - d) Controlo maioritário da empresa – A melhor solução passaria pelo controlo maioritário por parte de uma entidade pública, pois o controlo privado tem interesses incompatíveis com o interesse público, colocando o mesmo em causa.
 - e) Indicadores de qualidade – Até 5 anos antes da privatização dos CTT, os indicadores de qualidade eram cumpridos. Desde essa altura e até aos dias de hoje, os critérios de qualidade não se alteraram significativamente. O facto de estarem a ser assegurados cerca de 90% dos níveis de qualidade, deve-se ao facto de estar a ser feita a distribuição de 99% dos objetos em Lisboa, Porto e Leiria. Assim, é necessário haver indicadores de qualidade exigentes, de forma a garantir que a qualidade do serviço postal é igual quer nas cidades mencionadas, quer em localidades mais pequenas ou do interior do país,



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

garantindo-se, assim, regionalmente, o cumprimento da qualidade do serviço.

Deputado Pedro Coimbra
Vice-Presidente da Comissão